

Por signos, performances e corporalidades: a racialidade em tons dos transeuntes no supermercado Pão de Mel

*Through signs, performances and corporalities: the raciality in
tones of passers-by in the pão de mel supermarket*

João Paulo da Silva¹

Resumo: Se os supermercados apresentam-se como uma invenção da modernidade e insurge-se, primeiramente, nos países mais poderosos economicamente, para depois, expandir-se a nível global (o primeiro supermercado brasileiro surgiu no Rio de Janeiro), assim como a premissa dos tempos modernos, onde há dominantes e dominados, em sua evolução, houve também a sua estratificação para atender públicos distintos, tendo por critério o poderio econômico. O presente estudo teve por escopo empreender etnografia em dois supermercados, de uma rede tida como de alto padrão econômico, situado nos dois bairros com os metros quadrados mais caros da cidade de Teresina - Piauí, por 14 (quatorze) dias consecutivos, em horários distintos e, por meio de observação da sociabilidade do local, identificar qual era as “cores” e “perfis” daqueles que consumiam em comparação a quem compunha a força de trabalho do local. Ciente de que a racialidade, nascida do projeto colonizatório europeu onde pessoas não brancas foram definidas como inferiores, por critérios de dominação e exploração, ainda perdura no mundo pelos reflexos da colonialidade, o presente estudo objetivou fazer diálogos de raça e classe a partir do constatado em campo em conjunto com arcabouço teórico de autores contra-coloniais como Dussel, Quijano, Mbembe. Como resultado, considerando que supermercados são espaços onde o poder se exerce incluindo e excluindo indivíduos, e que em nosso país, a racialidade é subproduto da manutenção de desigualdades sociais, pois ainda são as pessoas brancas detentoras da maior parte da “riqueza” e do poder em sociedade, constatou-se, em todos os dias, que, em maioria, eram os componentes da branquitude que atuavam no papel de consumidores e pessoas pretas e pardas as que compunha a equipe de trabalhadores no Pão de Mel.

Palavras-chave: Modernidade. Pão de Mel. Racialidade.

Abstract: If the supermarkets are presented as an invention of modernity and arise, firstly, in the most economically powerful countries, to later expand globally (the first Brazilian supermarket appeared in Rio de Janeiro), as well as the premise of modern times, where there are dominant and dominated, in its evolution, there was also its stratification to meet different publics, having as criteria the economic power. The present study had the scope of undertaking ethnography in two supermarkets, of a network considered to be of high economic standard, located in the two

¹ Bacharel em Direito com especialidade em Direitos Humanos e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4183330388385490>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5890-8287>

neighborhoods with the most expensive square meters of the city of Teresina - Piauí, for 14 (fourteen) consecutive days, at different times and, through observation of the sociability of the place, identify what were the "colors" and "profiles" of those who consumed compared to those who composed the local workforce. Aware that raciality, born from the European colonizing project where non-white people were defined as inferior, by criteria of domination and exploitation, still persists in the world due to the reflexes of coloniality, the present study aimed to establish a dialogue between race and class based on what was observed in the field, in conjunction with the theoretical framework of counter-colonial authors such as Dussel, Quijano, and Mbembe. As a result, considering that supermarkets are spaces where power is exercised by including and excluding individuals, and that in our country, raciality is a byproduct of maintaining social inequalities, since white people still hold most of the "wealth" and power in society, it was found that, on every day, it was mostly components of whiteness that acted in the role of consumers and black and brown people who made up the team of workers in the Pão de Mel.

Keywords: Modernity. Pão de Mel. Raciality.

1. Introdução

A cidade é um organismo vivo formado por zonas que se diferenciam totalmente umas das outras. Todo espaço urbano constrói localidades nas quais a oferta de serviços e a dinâmica das relações sociais são variáveis e hierarquizadas percebidas por Corrêa (1989, p. 9) como um “espaço fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de lutas”, nas quais pessoas moram mais barato em bairro “x”, o supermercado ‘y’ é mais popular, o centro fecha as seis da tarde, mas no sábado vai até meio dia, aqui é a zona da badalação, etc. são expressões comuns de serem ouvidas quando se está a desvendar as dinâmicas de um espaço urbano. Olhar ao redor, a depender de onde se olha em local urbano, diz muito sobre o perfil daqueles que ali estão dispostos.

A cidade tem regras próprias que reproduzem as dinâmicas sociais hegemônicas. As urbanidades tem zonas periféricas, tem os espaços das “classes dominantes²”, tem zona “nobre”, tem centro, tem pontos de

² A expressão elite, no transcórre do texto, será substituída por classe dominante, pois a concepção de elite associada a possuir maior renda aos moldes da produção de riquezas faz-se inadequada ao contexto, uma vez que não carrega consigo, por si só, a concepção de subalternização e exploração de alguns por outros. Outrossim, usar a expressão elite para se

prostituição, tem onde se compra mais caro, mais barato, tem mercado etc. A teoria sociológica de Durkheim (2005) apresenta que nas mais diversas sociedades existe a reprodução de fatos sociais semelhantes, aos quais há em comum à exterioridade, coercitividade e generalidade. Destarte, as interações da sociedade em suas constituições orgânicas por si só já produzem zonas de conforto para alguns, que detém os privilégios de estarem em locais com serviços públicos mínimos garantidos em detrimento de zonas as quais, por vezes, não é garantido o mínimo essencial, numa configuração segregante e reprodutora das desigualdades sociais (Harvey, 1980).

O presente estudo teve por escopo empreender etnografia em dois supermercados de uma rede tida como de alto padrão econômico situado nos dois bairros com os metros quadrados mais caros da cidade de Teresina - Piauí, por 14 (quatorze) dias consecutivos, em horários distintos e, por meio de observação da sociabilidade do local, identificar quais eram as “cores” e os “perfis” daqueles que consumiam em comparação aos quem compunha a força de trabalho do local.

A escrita do artigo ensejou-se a partir da conclusão da disciplina de Metodologia de Pesquisa, no primeiro ano do mestrado de Sociologia da Universidade Federal do Piauí, em que pude para além da teoria científica estudada em sala de aula, inserir-me enquanto pesquisador dentro do espaço de sociabilidade dos supermercados em comento, para aplicabilidade das técnicas etnográficas em diálogo com epistemologia onde prevalecia a subjetividade e o enfrentamento as mazelas do projeto europeu colonial moderno.

A opção de análise espacial das dinâmicas de interação social dentro dos supermercados considerados de “luxo” em Teresina, em bairros onde

referir aqueles que detém maior poder econômico, de acordo com o estudo etnográfico construído, é silenciar a construção das riquezas de poucos pela exploração secular de muitos no decorrer de um processo histórico que desconsiderou mais de um século de escravização e que aos tempos atuais, ainda reverbera em privilégios a alguns indivíduos. Classe dominante revela, já em sua literalidade, que mediante o poder financeiro de alguns há subalternização de outros.

prevalece a sociabilidade e moradia de indivíduos integrantes da classe dominante enquanto usufrutuários de suas “benesses”, ocorreu a partir da observação recorrente feita por mim, ao estar e permanecer nos estabelecimentos estudados, das diferenças de perfis de transeuntes entre aqueles que consumiam comparados aos que ali estavam a “servir” – direta ou indiretamente, dentro ou fora do espaço físico das localidades (exemplo: caixas, vigilantes, “*olhadores*” de carro, etc.) – os privilegiados consumidores.

Outrossim, pensar os supermercados como “produtos” originários do século XX, incitava-me a correlação quanto a estruturação destes enquanto espaços oriundos da modernidade. Sendo a modernidade substrato de uma estruturação social que reproduz aspectos da colonialidade, projeto moderno europeu que elegeu indivíduos humanos como menos “humanos”, vislumbrava na cotidianidade de aquisição de produtos alimentícios e de higiene, em localidade destinada a isso, a identificação da reprodução de relações hierarquizantes onde classe e raça intercruzariam se na constatação do racismo brasileiro nosso de cada dia.

Evidencia-se também, que recentemente, noticiários atestaram constatações de homicídios e violências raciais em supermercados de “luxo” em estados distintos no Brasil, fator que me fez destacar a importância de se pensar tais espaços dentro das estruturas organizacionais das cidades, que como dito acima, trata-se de “organismos” vivos excludentes e reservados à prestação dos seus melhores serviços àqueles que nelas possam “melhor” viver e estar, o que enseja, conseqüentemente, melhor qualidade de vida ofertada pelo poder público àqueles residentes fixos em territórios da cidade eleitos como “dignos” de vida, “lugares bons para morar”, “bairros nobres”... Outrossim, são nestes espaços urbanos que a mão estatal faz-se eficiente e mais evidente quanto a melhor oferta de segurança pública, limpeza, saneamento básico, entre outros serviços públicos urbano estatais.

Para apurar a forma como ocorreram as interações sociais no supermercado Pão de Mel, por um período de 14 dias consecutivos prestei-me

a observar aqueles que circulavam nas localidades com carrinhos e cestinhas e os que ali estavam enquanto: seguranças, supervisores, caixas, faxineiros, atendentes, organizadores de prateleiras, etc., como também, pontuei particularidades inerentes a análise mais detalhada de situações específicas, a exemplo de mulheres que empurravam carrinhos, seguravam bebês, motoristas e até pessoas nas calçadas a pedir esmolas, vender produtos ou esperar sua condução.

Sobre a observação empreendida dentro do Pão de Mel, limitei-me a registrar as dinâmicas de relações de aquisição de produtos pelas pessoas entre o coletar e o pagar ao caixa, em especial, a aquisição de gêneros alimentícios (identificando quais eram os estereótipos que compravam e pagavam comparado aos que serviam e cuidavam da manutenção do espaço, assim como quem acompanhava os primeiros enquanto servientes), que se apresenta como fato inerente a toda e qualquer sociedade, pois, qualquer humano necessita alimentar-se diariamente para sobreviver, sendo pré-histórica a busca por alimentos em toda e qualquer sociedade.

O texto aqui apresentado também se propôs a registrar, por descrição, o cotidiano de dois supermercados da Cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, observado durante duas semanas, com registro em diário de campo a partir do critério “cor”, por considerar que o mesmo faz parte da identificação étnico-racial no país. Trata-se dos supermercados “Pão de Mel”³ situados na zona leste da cidade (área onde reside a classe dominante piauiense), nos bairros: Jockey e Horto, no intuito de identificar dentre aqueles que ali se situam, quais as cores dos indivíduos que consomem no supermercado e daqueles que ali estão a manter o seu funcionar, uma vez que a localização de ambos espaços de pesquisa se situam nos territórios considerados os metros mais caros da cidade.

A orientação teórico-metodológica se fez com as indicações de referenciais sobre etnografia, tomada esta como experiência de pesquisa, que

³ Nome fictício

segundo Malinowski (1976) deve observar detalhes do cotidiano do que se pretende descrever sob orientação das intenções de pesquisa, incluindo registro de coletas de narrativas de quem é observado.

O registro etnográfico pretendeu responder ao seguinte questionamento: como a racialização se manifesta no âmbito de um supermercado localizado num bairro com maior poder aquisitivo da cidade de Teresina no Estado do Piauí? O pressuposto guia da observação foi que as marcas da cor da pele reproduzem as subalternidades características do lado oculto da modernidade como colonialidade Mignolo (2017) e encontra-se argumentado em três momentos além das considerações finais e a introdução: preâmbulo sobre subalternidades, organização espacial e as subalternizações negras e mãos pretas que trabalham para brancos.

Como se pode notar, nas correlações das observações com minhas fontes teóricas fiz uso de epistemologia decolonial, uma vez que em variadas situações foi perceptível o reconhecimento de situações de subalternidades nas interrelações sociais ali evidenciadas. Assim, mediante o observado, no que confere as interações sociais foi possível determinar perfis estereotipados de indivíduos pertencentes às classes dominantes e dominadas a partir de suas “cores”. Aos segundos, cores estas nem preta, nem parda, melhor dizer: escravizada. Aos primeiros, famosos: “bem-nascidos”, sua cor não era pele, era um sistema: a “branquitude”, aos quais os “privilégios” confundiam-se com vozes estruturais que em jargão dizia: “mas eu mereci”. Dedicada atenção, os peço, nos tópicos seguintes.

2. Entre cafés e vozes uma pausa para falar de colonização e estrutura social

Nossos corpos são demarcados e delimitados pelas nossas cores, posições sociais, gênero, localização geográfica, etc. Somos frutos de um meio colonizado por homens europeus brancos, macho-estruturantes, detentores de

um saber universal, bélicos na expansão de novos territórios fora do continente e exploradores de mão de obra escravizada, situação esta que permaneceu mesmo após a independência do Brasil. Ao tempo da República, Gilberto Freyre (2002) reconhece que tais características do nosso processo colonizador não se desraigaram da forma estatal construída, fator determinante para a manutenção de privilégios no que confere a exploração de brancos sobre negros. Ainda assim, existiram vozes que lutaram contra um sistema e estas ecoaram e ainda ecoam de algum lugar.

Precisamos falar sobre os ranços da escravidão e reconhecer tais inerentes a interrelações pessoais cotidianas. Precisamos falar de algum lugar para explicitar em que medida a colonização e a escravidão ainda está enraizada em práticas e comportamentos do dia-a-dia, onde semelhantes se diferenciam a partir de sua raça, pertencimento a determinada classe social, ou detenção de maior poder econômico. Início esta seção do meu lugar de fala, de um homem pardo que não assume pactos com a “branquitude”, mas que assim como Djamila Ribeiro (2015) prega: fala de um lugar social, em que não sente as opressões de ser mulher e negro, mas que a partir de sua posição social luta contra um sistema cimentado pelo racismo e sexismo.

Na parte introdutória deste artigo falei a respeito dos supermercados serem produtos da era moderna, era esta que, ao século XIX, consolidou o sistema capitalista, alterou as formas de trabalho e relações sociais e legitimou a diferenciação dos semelhantes por critérios biológicos. É preciso pensar que a consolidação do capitalismo gerou efeitos diferentes entre os países, pois, ao tempo em que a Europa e a Revolução Industrial consolidavam um sistema de concessão de salários em troca de jornadas de trabalho exaustivas, configuração esta que alterava as relações de trabalho servis da Idade Média para a idade Moderna, países colonizados experimentavam os malefícios da escravidão e exploração exaustiva de corpos, raças e etnias diferentes da europeia. Sobre o mito da modernidade Quijano (2005) aduz que:

O capitalismo antecedeu a formação da América, mas foi, a partir da sua colonização, que se fundamentou enquanto sistema da ordem global, a custas da exploração da mão de obra e extração dos bens de consumo. Desta maneira, a relação capital enquanto controle da mão de obra, com contraprestação pecuniária à Europa, não era aplicada as colônias, que ainda mantinham relações servis datadas de antes da modernidade (QUIJANO, 2015, p. 136).

Em que pese ainda haver milhares de pessoas em vulnerabilidade e insegurança alimentar no mundo, referenciemos Durkeim (2016) quanto a identificação da busca de alimentos por humanos e animais para sobrevivência diária como um fato social inerente a toda e qualquer formação social. Aos primeiros, confere um processo compreendido como evolutivo nas formas de produção e distribuição de alimentos, que variam entre dinâmicas manuais de agricultura e pecuária, políticas de trocas comerciais – entre gêneros alimentícios ou entre estes e moedas – até o surgimento de mercadinhos e quitandas, que não substituíram as ainda existentes feiras e mercados públicos. Vale considerar que ainda se fazem plurais as formas como os indivíduos abastecem suas casas com produtos e alimentos essenciais ao dia-a-dia, no entanto, a aparição dos supermercados enquanto produto da modernidade foram essenciais na reconfiguração das relações comerciais quanto a aquisição destes bens.

A era moderna transformou e instituiu outras formas de estabelecer relações sociais, desde a sua estruturação ao seu ápice na forma de capitalismo. A consolidação do capitalismo moderno alterou as relações de trabalho e o dia-a-dia dos indivíduos, fatores que emanaram na modernização da forma de se adquirir alimentos e produtos para a casa. Eis que ao século XX, nos Estados Unidos da América do Norte, em meados dos anos 30, advêm mais uma invenção da modernidade: os famosos e hoje tão plurais e comuns supermercados. No Brasil, conforme Motoruma (2018), o primeiro supermercado nasceu no Rio de Janeiro, ao ano de 1950, ao tempo da expansão do empreendimento por demais países do mundo. Enquanto invenção do século XX, os mesmos alteraram a forma de se adquirir produtos

essenciais do dia-a-dia, concebendo-se em grandes redes regionais, nacionais e internacionais.

A inferiorização e subalternização de indivíduos pelas suas origens étnico raciais foram a base ideológica de construção da Europa, uma vez que a base fundante da modernidade tem como seus pilares a colonização e a escravidão. Tal dualidade repetiu-se nas construções dos Estados Nacionais colonizados, tendo em vista que as classes dominantes repetiram tal modelo em suas formações sociais, subalternizando aqueles já demarcados pelo colonialismo como seres inferiores, mesmo após terem sido as colônias “libertas” de seus colonizadores. Destarte, às custas da exploração de mão de obra escrava por quase duas décadas, e posterior abolição da escravatura, sem reparação histórica ou oferta de condições dignas de existência aqueles que eram ex escravizados, formou-se o Brasil.

Sobre a correlação entre a geografia do espaço urbano e os supermercados deve se constatar que na *transmodernidade* de Dussel (2005) estes são concebidos para atender públicos específicos. Neste sentido, entre as zonas periféricas e os espaços circunscritos às classes dominantes, há enormes diferenças das formas como os supermercados são concebidos. Deverás, ao se localizar em termos de Brasil, o supermercado que atende a “quebrada”⁴ possui produtos distintos nas prateleiras e a preços diferentes do supermercado disposto na zona “granfina”⁵ da cidade. Pensar em colonialidade nessa era de *transmodernidade* é não deixar esquecida o quanto os atravessamentos interseccionais insurgem em todos os espaços onde o capitalismo coexiste enquanto premissa fundante, situações estas em que, a exemplo dos supermercados etnografados, alguns podem consumir e pagar sendo servidos por alguns outros com condições socioeconômicas infinitamente inferiores.

⁴ Quebrada significa ao texto periferia.

⁵ Granfina, ao texto, expressa aqueles que tem o poder de compra mais elevado.

A estrutura da colonialidade do poder, apesar do fim do colonialismo, ainda permeia as relações sociais contemporâneas, a afetar, sobretudo a psique dos indivíduos colonizados, a maneira que Fanon (2008) demonstra em seus escritos ao tratar da “branquitude” enquanto padrão universal a ser alcançado ou modo de vida que alimenta os desejos daqueles que estão nos espaços reservados às subalternidades. Após pontuações necessárias sobre colonização e “biologização” das raças, apresento minhas inquietudes sobre as interrelações sociais entre aqueles que servem e que são servidos no supermercado estudado, pois, antes de adentrar ao recinto como etnógrafo, superficialmente reconhecia elementos que remetiam a exploração e subalternidade.

Ciente da narrativa de Peirano (2014) do papel do etnógrafo enquanto desbravador ávido e inconformado do que está em volta e imbuído de espírito questionador de certezas e verdades estabelecidas, adiante, entre cafés, anotações e descrições jaz um trabalho etnográfico que, a maneira que prega a autora, procura não apenas dizer e descrever, mas fazer coisas, comunicar e retratar a ação vivida.

Deverás, entre o circular, às prateleiras, o hortifruti, o pedir o café, a dedicada atenção as situações específicas e o olhar antropológico aos caixas e carrinhos cheios em contraste com mãos quase que vazias, muito vi. Vi poder, racismo estrutural, exploração do homem pelo homem, hierarquização e subalternização de indivíduos permeados por suas origens étnico-raciais. Vi mãos sequer tocarem em objetos, vi mãos a segurar filhos que não eram seus, vi pessoas decidirem o que levar a contar moedas, e muitas outras situações as quais não consigo contar em tão poucas linhas. Entre o ver e o refletir, posso dizer que para além de ver eu senti. E senti, demais.

2.1. Da lanchonete se vê o hortifruti e os caixas, mas também há açougue, prateleiras e acessos restritos

Os dois supermercados da rede Pão de Mel, aos quais efetivei a etnografia que resultou neste trabalho, possuíam uma estrutura semelhante: a entrada, caixas dispostos em linha reta, ao final dos caixas, lanchonete que se conectava à padaria, confeitaria e ao setor de frios. Logo na entrada, em meus primeiros dias a reconhecer o espaço e como os indivíduos interagem nele, percebi que a visão da lanchonete, no que confere ao todo, era privilegiada. Ao percurso, já identificava as cores aparentes do segurança, dos caixas e das pessoas da lanchonete, que formavam uma parte dos funcionários que ali trabalhavam, como também, vislumbrava as cores dos consumidores do hortifruti e que estavam ao meu redor. Tal prática foi uma constante aos 14 dias de observação, pois de muito valia ter uma noção imediata geral a respeito dos corpos que lá transitavam e compunham o todo.

Passada a contagem inicial de quantas pessoas estavam no hortifruti a consumir e quantos trabalhadores ali estavam ou passava por mim, pude perceber como o supermercado era um todo, subdividido em vários segmentos específicos, e ao caminhar pelo mesmo, para observar as particularidades ali presentes, havia vários outros setores aos quais havia funcionários fixos, além de pessoas espalhadas por vários cantos, a limpar o chão, fiscalizar pessoas, organizar prateleiras. Ao terceiro dia de observação, no supermercado localizado no bairro Horto, já havia reconhecido uma maioria de pessoas negras e pardas em comparação a pessoas brancas a fazerem o supermercado funcionar. Então, em proporção, após circular por todos os setores, contabilizei: 45 (quarenta e cinco) pessoas negras e pardas e 15 (quinze) pessoas brancas, em corpos diversos que ao lema do supermercado: “faziam pessoas felizes”.

A estruturação social brasileira pelas marcas da escravização elege os corpos não brancos a servirem àqueles que detêm poderio econômico na sociedade capitalista. Minha inquietação quanto a apurar meu olhar sobre a situação, de ainda no começo do processo reconhecer os corpos pretos e pardos servientes, rememorava-me a forma como Hooks (2019, p. 36) entendia o

processo crítico de reconhecer as mazelas da colonialidade em nosso seio, a partir de “uma intervenção radical, em que devemos desenvolver atitudes revolucionárias em relação a raça e representação, devendo nós estarmos dispostos a pensar as imagens de forma crítica e a correr riscos”.

Ainda sobre as localizações ali existentes, em ambos os supermercados havia somente mulheres nos setores da lanchonete e padaria, em regra jovens e de pele mais clara. Em contrapartida, as faxineiras identificadas eram mulheres negras da pele mais escura, além daquelas mulheres as quais percebi que trabalhavam nos acessos restritos e de lá saíam. Situei tais espaços vistos pois, a determinado tempo, pude perceber que as mulheres que ficavam nos caixas ou a empacotar produtos em sacolas eram diferentes das mulheres que estavam à lanchonete, e vez ou outra, quando o caixa da lanchonete estava fechado e precisava ser aberto, sempre se dirigia a ele uma mulher branca ou uma mulher jovem parda ou negra.

Situar os espaços acima descritos com maior ênfase fez se importante, pois foi a partir deles que tive uma visão maior do todo e pude efetivar comparações com os demais setores, as quais percebia maior subalternidade nos indivíduos. Exemplo era a diferença das cores dos homens que compunham o açougue e carregavam maquinários em comparação àqueles que estavam nos frios e na confeitaria, ou a diferença das faxineiras e mulheres do acesso restrito em comparação àquelas que pertenciam à lanchonete e à padaria.

O próprio supermercado, na distribuição de seus funcionários, organizava-se classificando os corpos em sua estrutura, tendo em vista a existência de diferenças nas vestimentas daqueles que eram os “chefes de cozinha”, em regra homens e mulheres brancos, em comparação aos indivíduos que organizavam as frutas e verduras no hortifruti.

A forma como era perceptível a subserviência e exploração dos estereótipos no espaço social era a adequação perfeita da perpetuação de atitudes coloniais “brancas” em localidade tida por comum e cotidiana na vida

e organização das cidades. Kilomba (2019, p.38) usa “a dessemelhança para descrever a branquitude como uma identidade dependente, que existe através da exploração do outro, uma identidade relacional construída por brancos, que definem a eles mesmos como racialmente diferentes dos outros”.

Tais constatações me fizeram refletir sobre as formas de subalternidades que foram construídas naqueles que estão a consumir em comparação aos que estão a trabalhar para/pelo supermercado, mas também, nas subalternidades a partir das tonalidades de pele entre os setores do supermercado, ainda que tal distribuição de indivíduos (mulheres em lanchonetes, homens no açougue, etc.) seja uma estratégia de manter o ambiente ali existente com ares de felicidade, em que os funcionários de repartições consideradas mais “elitizadas”, a exemplo da confeitaria, passe a impressão de que tudo se encontra sempre bem naquele lugar de gente feliz. No entanto, na dinâmica de consumo ali constatada, quem são aqueles que compram mais e compram menos no Pão de Mel? Podemos situá-los também pelas suas cores?

2.2. Das mãos que carregam poucos produtos às mãos que não empurram seus carrinhos

Quem pode comprar no Pão de Mel em Teresina? Melhor, quem pode comprar arroz, feijão, óleo no Pão de Mel? E quem compra alimentos básicos compra o vinho, o queijo importado? Tem quem compre dois ou três produtos? Brancos tem carrinhos cheios, brancos compram bananas, tapiocas frescas e muitos cocos. Brancos escolhem vinhos e queijos e negros os organizam. Negros também compram, compram menos: a caixa de chocolate do filho, um petisco para uma criança. Às vezes, negros pedem pelas suas portas, ou percorrem e levam papel higiênico para casa. Algumas raras vezes, eles têm carrinhos próprios. Não vi brancos empurrar carrinhos de pardos, nem de negros. Não vi criança branca malvestida circular com ioiô. Mas seria

impossível contar quantos brancos ali vi com carrinhos sortidos de produtos. Brancos compram o que quiserem no Pão de Mel, a semelhança de como Foucault (2014, p.47) traz que “todo regime de representação é um regime de poder formado pelo binômio fatal “conhecer/poder”.

Durante os 14 dias em que estive nos supermercados citados reconheci estereótipos da classe dominante que se repetiam diariamente: idosos e idosas brancas circulavam todos os dias com carrinhos, homens e mulheres brancas com roupas de academia e cestinhas com frutas, ovos e frango, homens brancos com roupas sociais, mulheres brancas bem vestidas, mas duas situações particulares redobraram minha atenção: mulheres negras empurrando carrinhos de mulheres brancas, com papel e caneta nas mãos e senhores brancos com homens negros ao lado, os últimos a empurrarem carrinhos.

Ambas as circunstâncias me fizeram, por vezes, observar todo o trajeto deles nos supermercados, e de muito me foi útil para reconhecer a subserviência existente entre aqueles que são patrões (os que servem) para com seus empregados (os que são servidos), seja em aspectos mínimos, como as roupas de cada qual, a aspectos mais nítidos, como brancos não tocarem em produtos e apenas ordenarem a seus servientes o que desejavam.

Vi reproduções de estruturas escravistas retratadas em filmes e livros, mas situadas em um novo tempo, a rememorar os escritos de hooks (2019) ao situar o capitalismo enquanto sistema econômico que não rompe com estruturas patriarcais e racistas, pois tais são seus sustentáculos, ou a referenciar tais imagens a diálogos de ativistas negras como Davis (2016), que situam o povo negro como clientela habitual do capitalismo, as quais são reservados os piores lugares na sociedade. Ambas são denunciantes ativas das estruturas de opressão que aprisionam os corpos negros, sobretudo o das mulheres, a um sistema que estabelece onde tais corpos devem estar e como devem se comportar.

A situação de racismo evidente no “lugar de gente feliz” alertava-me sobre como, em maior ou menor grau, aspectos de uma política moderna para pessoas racializadas em nosso país faz parte da manutenção dos aspectos da necropolítica de Mbembe (2018), onde a liberdade de ir, vir, ter e obter caminha lado a lado com a ausência de uma vida com total humanidade para todas as pessoas. Vejamos:

Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas. Como já vimos, o terror é uma característica que define tanto os estados escravistas quanto os regimes coloniais tardio-modernos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação tardio moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor” (MBEMBE, 2018, p. 130)

Em referência às mulheres negras que vi em situação de subserviência às mulheres brancas era inevitável não conectar a situação vislumbradas às pautas reivindicatórias do feminismo negro, movimento que criou sua luta própria por direitos em divergência àquilo que mulheres brancas pleitearam, ainda em tempos de escravização de povos, enquanto direitos em nome de uma “igualdade de gênero”.

Vi que era necessário reverberar Sueli Carneiro (2011) em espaços para além da academia pois a exploração destes corpos femininos que empurravam carrinhos tinha além da cor negra ou parda, roupas deploráveis em comparação às demais pessoas, cabelos bagunçados e silêncios que muito as diferiam da exuberância de suas patroas, quase sempre esbeltas, com vestidos de grifes, joias aparentes e em constante comunicação.

A estrutura colonial remanescente somada aos resquícios da escravização na formação de nossa sociedade concretiza as reproduções de estereótipos que, às custas da mão de obra e exploração de alguns, reproduzem situações de subserviência e subalternidade que remetem a um período escravocrata ao agora, sobretudo, nos tão aclamados e perquiridos espaços sociais vistos como “poderosos” e predestinados à classe dominante.

Exemplos não me faltaram, durante estes 14 dias de etnografia, quanto a isso, relatados aqui brevemente enquanto: mulheres negras com filhos de mulheres brancas ao colo, homens negros com chaves alheias de carros aos bolsos a organizar compras, homens negros a pedir dinheiro para auxiliar homens brancos a retirarem seus veículos, homens de meia idade a exclamar que funcionárias da lanchonete os tratam bem porque os conhece etc. De todos estes, um me chamou bastante atenção: o branco burguês que não tocava no carrinho e ditava ordens o tempo inteiro e sua veneração pelos demais por ser figura pública da cidade.

Em meu 7º (sétimo) dia de observação, no supermercado Pão de Mel Horto, reconheci uma figura política conhecida da cidade que, ao setor de vinhos, não tocava no seu carrinho e nem nos vinhos aos quais escolhia, apenas direcionava seu dedo as bebidas que desejava e dizia a quantidade ao seu dominado (homem pardo), que imediatamente obedecia a seus comandos. A situação era de total subserviência aos desejos do patrão, aos quais parecia que o homem dominado era seus braços e seus pés. Tal situação me fez pensar sobre como Foucault (2014) trabalha o exercício do poder por aqueles que os detêm, sobretudo, em espaços a estes reservados, como era o caso do local onde observava.

É constante a repetição dos estereótipos acima descritos onde a condição subalterna é aparente, no entanto, invisível aos olhos da totalidade, na medida em que aos 14 (catorze) dias de observação brancos foram maioria em números de consumidores e também em poder de compra, enquanto negros e pardos prevaleceram como subservientes, sejam a fazer funcionar o supermercado ou a serviço de alguém em relações particulares.

Olhar ao redor e contar quantos brancos havia com carrinhos e cestinhas em comparação a pessoas não brancas chegou à proporção de 146 pessoas brancas para 4 não brancas no primeiro dia. Sobre o dia em comento, uma noite de domingo (12 de maio/ feriado dos dias mães), a proporção de pessoas brancas a consumir comparado a negros e pardos a servir era

gritante, realidade esta que constatei durante os demais 13 dias que se seguiram, nos dois supermercados analisados.

E quanto as mãos negras que compram, elas existem? Sobre estas pessoas, durante a observação etnográfica, também reconheci estereótipos. Ao tratar dos consumidores brancos, retratei que estes eram maioria no que confere aos transeuntes no Pão de Mel e tais detinham maior poder de compra. Ocorre que, pessoas negras e pardas também circularam pelo Pão de Mel durante estes dias e foram identificadas por mim enquanto consumidoras. Comparadas aos consumidores brancos eram minorias tanto em quantidade quanto em poder de compra e peculiaridades os caracterizavam e os distinguiam dos componentes da “branquitude”.

No segundo dia de observação, pude perceber a primeira mulher negra consumidora com a tonalidade de pele mais escura com carrinho de compras – a segunda e última apenas ao 11º (décimo primeiro) dia e havia diferença de idade entre elas – ao tempo em que brancos ali em igual situação já eram recorrentes a meu campo de visão desde o primeiro dia, com repetição de idade e estereótipos. Também a este dia pude perceber que via pessoas negras a consumir com produtos pontuais as mãos, a exemplo da mulher negra de pele escura que comprava um petisco a uma criança com quem andava de mãos dadas, em meio a 19 (dezenove) pessoas brancas com caixas e cestinhas aos seu redor.

Em continuidade, ao terceiro dia de observação, no setor de mantimentos básicos, contrastava a mulher branca “siliconada” com seu esposo e carrinho lotado em comparação a moça negra com dois iogurtes naturais e um pacote de leite a mão. E ao quarto dia, via mais um homem negro com frios e pães a mão. Tais constantes, durante o processo, se repetiam e repetiam, uma vez que, em algum outro dia, vi um homem negro sair com um uísque, pós-finalização de seu serviço de pedreiro no supermercado, além de uma mulher com uma caixa de chocolate. Eis que passei a perceber que muitos daqueles negros e negras ao supermercado, com poucos produtos as

mãos, estavam com uniformes ou pareciam ter encerrado seus expedientes de trabalho, sobretudo, porquê da calçada de ambos os supermercados existiam paradas de ônibus, que em meus retornos para casa, permitiram me identificar diferenças nas “cores” daqueles que partiam do estacionamento do Pão de Mel em carros próprios em comparação àqueles que esperavam seus ônibus para retornarem a seus lares.

Em dois, dos quatro últimos dias de etnografia, ir às 18:00 h nos supermercados observados foi determinante para entender as cores dos homens que saíam dos seus trabalhos com roupas formais em comparação a funcionários que deixavam a obra ali existente e adentravam o recinto para fazerem um lanche ou mesmo levar para casa algo pontual, como também, foi nítida a diferença das mulheres que tinha carrinhos ou estavam com roupas de academia, para aquelas com fardas de salão de belezas ou vestimentas que muito se assemelhavam as roupas das mulheres que empurravam carrinhos e seguravam bebês, que ali se faziam presentes quase todos os dias, uma vez que lembro que em um sábado à noite também as vi por lá, a acompanhar suas patroas. A esta altura, não necessito me fazer às claras sobre quem era branco e não branco em tais situações.

Ainda sobre mãos negras, vi também a mulher negra refletir entre levar o peito de frango ou as calabresas, vi mãos a carregar cestinhas e listinhas de compras as quais não eram suas e vi mãos negras se abençoarem (filha funcionária pedir benção a mãe que ali passava para ver sua “cria”). Entre mãos negras e pardas, a maioria, passavam os produtos no leitor automático, voltavam trocos, entregavam selos e diziam: mais alguma coisa. E sobre tais mãos, para além dos balcões e caixas, havia execução de tarefas nos acessos restritos, nas docas, nos fornos e fogões, na reposição dos pães, no cortar de carnes no açougue e na reposição de cédulas aos caixas eletrônicos.

E sobre corpos não brancos, havia o homem que comprava flores e o segurança, a pessoa a limpar o banheiro e o chão e a única mulher negra jovem, com perfil semelhante às várias outras mulheres jovens brancas que

ali passaram, a comprar chocolates importados com sua cestinha. E tais corpos não brancos organizavam prateleiras, levavam carrinhos de produtos, reabasteciam o hortifruti, o setor de iogurtes, faziam a supervisão, abasteciam carros no posto de combustível integrado ao supermercado Horto.

Foram muitas mãos a servir aqueles que estão no topo da pirâmide social, os “bem-nascidos”, estes que compram queijos e vinhos, que dão ordens a seus “empregados”, e que vão e vem com seus carrinhos lotados em roupas sociais, vestidos e saltos altos. Mãos que empurram seus carrinhos juntos aos filhos com uniformes de escolas bilíngues. Estes últimos retratam, piamente, o que é ter poder na ordem capitalista. São classe dominante, são servidos e merecem ser ouvidos rapidamente em suas reclamações.

Por fim, faz se necessário não vender os olhos sobre aquilo que denominamos de racismo estrutural⁶ (Almeida, 2019), pois tais constatações são a regra nos denominados espaços de poder, estes pré-determinados a usufruto pela classe dominante. Precisamos falar de racismo estrutural, necessitamos reconhecer em práticas comuns, com slogans de “gente feliz”, o alimento da ordem capitalista fundada em escravismos e responsáveis por manter estruturas coloniais em meio a espaços sociais em que a garantia de privilégios de uns é fundada na conseqüente opressão de outros. Se não conseguirmos abrir os olhos, ao menos, toquemos em feridas.

3. Conclusão

⁶ O racismo estrutural refuta da esfera individual a efetivação de práticas racistas, pois acredita que estas são inerentes a formação dos Estados que legitimaram a escravidão como condição de subalternização dos povos. Assim, por ser a escravidão uma das condições estruturantes do Estado Brasileiro, para Silvio de Almeida (2019), o racismo nada mais é que o reflexo individual, advindo de um imaginário coletivo, que pensa a partir de uma nação que possui seu sistema político, econômico e jurídico permeado pela colonialidade, diferenciação das raças e não reparação histórica aos descendentes das vítimas do maior crime cometido pela humanidade.

Durante os 14 (quatorze) dias de processo etnográfico nos supermercados em comento, pude reconhecer estereótipos específicos em uma infinidade de transeuntes que ali circulavam. Em meio ao todo, percebia conexões entre pessoas que as situavam em um grupo específico coletivo. Entre os consumidores pertencentes à classe dominante, a todo processo, observei: idosos e idosos a circular com carrinhos, homens e mulheres bem vestidos, homens brancos de meia idade com roupas formais, jovens com roupas de academia a comprar alimentos de dieta, mulheres com roupas caras e semi-joias.

Neste quesito, apesar do meu olhar a evidenciar as mazelas do racismo, fazia-se necessário pensar como Hooks (2019) em perspectiva de não só projetar, mas:

Trazer que para aqueles que ousam desejar de modo diferente, que procuram desviar o olhar das formas convencionais de ver a negritude e nossas identidades, a questão da raça e da representação não se restringe apenas a criticar o status quo. É também uma questão de transformar as imagens, criar alternativas, questionar quais tipos de imagens subverter, apresentar alternativas críticas e transformar nossas visões de mundo e nos afastar de pensamentos dualistas acerca do bom e do mau Hooks (2019, p. 36 e 37).

Pude observar também as mazelas da má distribuição de renda e da não reparação das vítimas da escravização nos corpos daqueles homens negros que pediam dinheiro para auxiliar os motoristas tirarem seus carros, nas mulheres negras que esperavam a condução à mesma calçada que pessoas saíam em automóveis novos, em crianças negras a esperarem, ao lado de suas mães, algum lanche.

Vi pessoas negras com produtos pontuais as mãos e com um ar de desconforto em meio a carrinhos lotados e só o que vi foram negras e pardas e pardos e negros a empurrarem carrinhos de brancos. Não vi situação contrária e isso só inviabiliza as teorias da “branquitude” sobre “racismo reverso”, pois, não estamos a discutir a forma como você se enxerga pela sua cor ao meio social, mas um sistema secular e excludente que, da modernidade

aos dias atuais, posiciona negros e negras nas camadas mais inferiores da sociedade e na condição de subserviência como critério de existência.

Nunca será demais falar sobre racismo em um Estado que criou o mito da democracia racial para não enfrentar questões sociais que perpassam em oferta de dignidade humana a todos. Não podemos falar em somos todos humanos enquanto alguns destes estão apenas a servir e outros a explorar. Devemos questionar até que ponto, ao nosso redor, estamos sendo convenientes em fazer pactos com a “branquitude” em nome de um pertencimento social que excluem camadas sociais que nos formam.

Enquanto cientista social não posso afirmar se o Pão de Mel é lugar de gente feliz, mas, durante minha situação por lá, pude reconhecer como ainda são evidentes os poderes da classe dominante e como em atos simbólicos eles se manifestam na subalternização do outro travestido de empregabilidade, auxílio, colaboração. Viva àquela que desobedece às normas e adentra o supermercado com roupas rasgadas e sujas para pedir o “alimento”, que sobra nas casas de uns e falta na de uma grande maioria. Os transeuntes têm cores no Pão de Mel sim, e também tem privilégios, que remetem a tempos coloniais, como se de lá para cá muito desta estrutura tenha se alterado. Sigamos a perceber até onde nossos olhos podem ver e até onde nossas vozes podem alcançar em tristes, mas necessárias, constatações.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. 1^a edição. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Pólen, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em 22/05/2019, às 14:35 h.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1.^a Edição. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. **En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. Disponible en la World Wide Web:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Editora Edufba, 2008

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 50ª edição. São Paulo: Editora Global, 2005.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOOKS, Bell. **Olhares negros raça e representação**. 1ª edição. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação – episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1ª edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976

MBEMBE, Achile. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade - o lado mais escuro da modernidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, vol.32 no.94 São Paulo, 2017. Epub June 22, 2017

MOTORUNA, Marina. **Quando surgiram os supermercados**. <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quando-surgiram-os-supermercados/>. Acesso em: 21/05/2019, às 21:35.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. Clacso, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala**. 1ª edição. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

Artigo recebido em: 10/02/2023.

Aceito para publicação em: 04/07/2023.